



Projecto

PME Social

Energia, Ambiente e Responsabilidade Social



EDIÇÃO DEZEMBRO DE 2011

GUIA DE BOAS PRÁTICAS AMBIENTAIS



Associação Nacional das
Empresas Metalúrgicas e Electromecânicas



ASSOCIAÇÃO INDUSTRIAL DO DISTRITO DE AVEIRO



Associação Portuguesa de Ética Empresarial

EDIÇÃO DEZEMBRO DE 2011

ÍNDICE

GUIA DE BOAS PRÁTICAS AMBIENTAIS

CITAÇÕES

Este Guia de Boas Práticas Ambientais é um produto do Projecto PME Social, pelo que as referências ao mesmo deverão ser efectuadas mencionando o nome do projecto e os seus promotores: "Guia de Boas Práticas Ambientais (2011), Projecto PME Social promovido em parceria pela ANEMM - Associação Nacional das Empresas Metalúrgicas e Electromecânicas, AIDA - Associação Industrial de Aveiro e APEE - Associação Portuguesa de Ética Empresarial. Projecto financiado pelo COMPETE."

ACESSO

Este Guia de Boas Práticas Ambientais pode ser acedido através do website da ANEMM - Associação Nacional das Empresas Metalúrgicas e Electromecânicas em www.anemm.pt

04	Introdução	20	Emissões Gasosas
06	Objectivos	22	Air
08	Metodologia	24	Substâncias Perigosas
10	Resíduos	26	Boas Práticas
12	Água	28	Links Úteis
14	Óleos Usados	30	Conclusões
16	Ruído	31	Agradecimentos
18	Responsabilidade Ambiental	32	Anexos





INTRODUÇÃO

As empresas devem utilizar os seus conhecimentos e recursos de forma ambientalmente responsável, contribuindo para o bem-estar humano através de um ambiente são.

Ao abrigo deste princípio, as empresas devem, desde logo, melhorar o ambiente para aumentar a qualidade de vida das pessoas.

Nesta matéria, o quadro jurídico português foi sem dúvida fortemente influenciado pelo direito comunitário que assume como um dos seus princípios nucleares o desenvolvimento sustentável, ou seja, aquele que serve as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazer as suas.

Mas não é só ao Estado que cabe a responsabilidade de defender o ambiente: a própria Constituição da República Portuguesa atribui aos cidadãos esse direito, imputando-lhes o dever da sua preservação.

Proteger o ambiente significa utilizar os recursos de forma sustentável (reduzir, reutilizar, reciclar), antecipar e minimizar os impactes ambientais e ter em consideração os benefícios económicos e sociais.





OBJECTIVOS

Este Guia de Boas Práticas Ambientais tem como objectivo levar as PME a uma reflexão aprofundada sobre as suas práticas ambientais, através da adopção de medidas e estratégias de actuação mais eficientes e sustentáveis, contribuindo deste modo, para a melhoria da competitividade das regiões em que se inserem.

Neste contexto, a elaboração de um Guia de Boas Práticas Ambientais afigura-se como uma listagem, facultando informação relevante, que funcione como ponto de partida e instrumento que promova e seja catalisador de boas práticas para melhorar o desempenho ambiental das empresas.

O presente documento resulta do projecto PME SOCIAL, projecto apoiado pelo Sistema de Apoio a Acções Colectivas do Compete – Programa Operacional Factores de Competitividade do QREN, realizado em parceria entre a ANEMM - Associação Nacional das Empresas Metalúrgicas e Electromecânicas, a AIDA - Associação Industrial do Distrito de Aveiro e a APEE - Associação Portuguesa de Ética Empresarial, tendo como áreas de intervenção o ambiente, a eficiência energética e a responsabilidade Social, envolvendo empresas das regiões Norte, Centro e Alentejo.

METODOLOGIA

A elaboração deste Guia de Boas Práticas Ambientais resultou de um processo assente numa metodologia estruturada em etapas, possibilitando a concretização dos objectivos estabelecidos pelo projecto PME SOCIAL, para a área ambiental, através da definição e implementação de boas práticas ambientais nas empresas.

Numa primeira fase de diagnóstico às empresas foi elaborado um questionário (presente em ANEXO) que funcionou como instrumento de auto-diagnóstico e auto-avaliação, permitindo a sensibilização dos empresários nos domínios abordados. Este questionário foi complementado através da realização de visitas às empresas com o objectivo de efectuar um diagnóstico mais pormenorizado, permitindo a identificação e o esclarecimento de dúvidas resultantes do questionário.

Numa segunda fase, foi elaborado um relatório ambiental preliminar, do qual resultou o levantamento das melhores práticas, identificação das lacunas existentes, bem como a indicação de acções a desenvolver.

A terceira fase consistiu num programa de consultoria individualizada, com a elaboração de programas ajustados às características de cada empresa, no sentido de as apoiar e encorajar a progredir na incorporação de novas práticas ambientalmente mais responsáveis.

Esta fase culminou na elaboração de um Relatório Final, evidenciando todas as actividades desenvolvidas na empresa, servindo como documento base de registo das acções propostas e implementadas a desenvolver no futuro, e as conclusões retiradas no âmbito deste projecto PME Social.



RESÍDUOS

A política de resíduos assenta em objectivos e estratégias que visam garantir a preservação dos recursos naturais e a minimização dos impactos negativos sobre a saúde pública e o ambiente.

Para a prossecução destes objectivos importa incentivar a redução da produção dos resíduos e a sua reutilização e reciclagem por fileiras. Em grande medida, tal passa pela promoção da identificação, concepção e adopção de produtos e tecnologias mais limpas e de materiais recicláveis.

Face ao papel que desempenha a gestão de resíduos, importa promover acções de sensibilização e divulgação destinados às entidades públicas e privadas.

A necessidade de minimizar a produção de resíduos e de assegurar a sua gestão sustentável transformou-se, entretanto, numa questão de cidadania. Existe uma consciência cada vez mais clara de que a responsabilidade pela gestão dos resíduos deve ser partilhada pelo todo da colectividade: do produtor de um bem ao cidadão consumidor, do produtor do resíduo ao detentor, dos operadores de gestão às autoridades administrativas reguladoras.

A publicação do Decreto-Lei nº 73/2011, de 16 de Junho, vem clarificar conceitos chave, como as definições de resíduo, prevenção, reutilização, preparação para a reutilização, tratamento e reciclagem, e a distinção entre os conceitos de valorização e eliminação de resíduos, com base numa diferença efectiva em termos de impacto ambiental. Esta clarificação contribui para uma contínua adaptação do regime às novas necessidades da sociedade e melhoria contínua do sistema de prevenção e gestão de resíduos.

No que diz respeito aos custos inerentes à gestão de resíduos, a afirmação crescente do princípio do «poluidor-pagador» tem vindo a determinar a responsabilização prioritária dos produtores de bens de consumo, dos produtores de resíduos ou dos detentores.

DECRETO-LEI N.º 73/2011.

D.R. N.º 116, SÉRIE I

DE 2011-06-17

Procede à terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 178/2006, de 5 de Setembro, transpõe a Directiva n.º 2008/98/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Novembro, relativa aos resíduos, e procede à alteração de diversos regimes jurídicos na área dos resíduos;

DECRETO-LEI N.º 178/2006.

D.R. N.º 171, SÉRIE I

DE 2006-09-05

Aprova o regime geral da gestão de resíduos, transpondo para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 2006/12/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 5 de Abril, e a Directiva n.º 91/689/CEE, do Conselho, de 12 de Dezembro;

PORTARIA N.º 209/2004.

D.R. N.º 53, SÉRIE I-B

DE 2004-03-03

Aprova a Lista Europeia de Resíduos;

PORTARIA N.º 335/97.

D.R. N.º 113, SÉRIE I-B

DE 1997-05-16

Fixa as regras a que fica sujeito o transporte de resíduos dentro do território nacional;

PORTARIA N.º 320/2007.

D.R. N.º 59, SÉRIE I

DE 2007-03-23

Altera a Portaria n.º 1408/2006 de 18 de Dezembro, que aprovou o Regulamento de Funcionamento do Sistema Integrado de Registo Electrónico de Resíduos (SIRER) - * Actualmente SIRAPA;

DECRETO-LEI N.º 72/2007.

D.R. N.º 61, SÉRIE I

DE 2007-03-27

Altera o Decreto-Lei n.º 277/99 de 23 de Julho, que transpõe para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 96/59/CE, do Conselho, de 16 de Setembro, e estabelece as regras para a eliminação dos PCB usados, tendo em vista a destruição total destes;

DECRETO-LEI N.º 6/2009.

D.R. N.º 3, SÉRIE I

DE 2009-01-06

Estabelece o regime de colocação no mercado de pilhas e acumuladores e o regime de recolha, tratamento, reciclagem e eliminação dos resíduos de pilhas e de acumuladores, transpondo para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 2006/66/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 6 de Setembro, relativa a pilhas e acumuladores e respectivos resíduos e que revoga a Directiva n.º 91/157/CEE, do Conselho, de 18 de Março, alterada pela Directiva n.º 2008/12/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 11 de Março;

DECRETO-LEI N.º 230/2004.

D.R. N.º 288, SÉRIE I-A

DE 2004-12-10

Estabelece o regime jurídico a que fica sujeita a gestão de resíduos de equipamentos eléctricos e electrónicos (REEE), transpondo para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 2002/95/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de Janeiro de 2003, e a Directiva n.º 2002/96/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de Janeiro de 2003.



ÁGUA

A sociedade moderna vem experimentando nos últimos anos alterações significativas nos seus padrões e níveis de vida a que se têm associado mudanças na percepção de determinados valores. É o caso paradigmático do reconhecimento da água como um valor ecológico e social que satisfaz um conjunto de funções ambientais e sociais num contexto de diferentes abordagens culturais.

A gestão integrada de recursos naturais, onde a água desempenha um papel preponderante, constitui, necessariamente, um enorme desafio às estruturas institucionais existentes, obrigando-as a repensar objectivos e modelos administrativos que incorporem estes desígnios de gestão integrada.

A publicação da Lei nº 58/2005, de 29 de Dezembro, transpõe para a ordem jurídica nacional a Directiva nº 2000/60/CE, do Parlamento Europeu, estabelecendo as bases e o quadro institucional para a gestão sustentável das águas.

Ainda neste âmbito, foi publicado o Decreto-Lei nº 226-A/2007, de 31 de Maio que veio definir directrizes sobre a utilização dos recursos hídricos.

LEI N.º 58/2005.

D.R. N.º 249,

SÉRIE I-A DE 2005-12-29

Aprova a Lei da Água, transpondo para a ordem jurídica nacional a Directiva n.º 2000/60/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de Outubro, e estabelecendo as bases e o quadro institucional para a gestão sustentável das águas;

DECRETO-LEI N.º 226-A/2007.

D.R. N.º 105, 2.º

SUPLEMENTO, SÉRIE I

DE 2007-05-31

Estabelece o regime da utilização dos recursos hídricos.

ÓLEOS USADOS

O Decreto-Lei n.º 153/2003, de 11 de Julho, estabelece o regime jurídico a que fica sujeita a gestão de óleos novos e usados, assumindo como objectivo prioritário a prevenção da produção dos óleos usados, em quantidade e nocividade, seguida da regeneração e de outras formas de reciclagem ou outra forma de valorização. Assim, o diploma prevê a constituição de um sistema integrado de gestão, no âmbito do qual deverá ser conseguida uma adequada articulação de actuações entre os vários intervenientes no ciclo de vida dos óleos, desde os produtores/importadores de óleos novos, aos consumidores finais, aos gestores de óleos usados e outros. Entende-se por óleos usados, de acordo com o estabelecido no Decreto-Lei n.º 153/2003, os óleos industriais lubrificantes de base mineral, os óleos dos motores de combustão e dos sistemas de transmissão e os óleos minerais para máquinas, turbinas e sistemas hidráulicos e outros óleos que, pelas suas características, lhes possam ser equiparados, tornados impróprios para o uso a que estavam inicialmente destinados.

DECRETO-LEI N.º 153/2003.

D.R. N.º 158, SÉRIE I-A

DE 2003-07-11

Estabelece o regime jurídico da gestão de óleos usados.



ruído

A prevenção do ruído e o controlo da poluição sonora visando a salvaguarda da saúde humana e o bem-estar das populações constitui tarefa fundamental do Estado.

O novo quadro legal relativo a ruído ambiente consta do Decreto-lei n.º 9/2007, de 17 de Janeiro, que aprova o Regulamento Geral de Ruído (RGR) e do Decreto-lei n.º 146/2006, de 31 de Julho, que transpõe a Directiva n.º 2002/49/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de Junho, relativa à avaliação e gestão do ruído ambiente (adiante designado por DRA).

O âmbito do RGR é mais vasto do que o da DRA, aplicando-se às actividades ruidosas permanentes, temporárias, às infra-estruturas de transporte e a outras fontes de ruído susceptíveis de causar incomodidade e ainda ao ruído de vizinhança; a DRA estabelece um regime especial para as grandes infra-estruturas de transporte rodoviário, ferroviário e aéreo e para as aglomerações de maior expressão populacional.

DECRETO-LEI N.º 9/2007.

D.R. N.º 12, SÉRIE I

DE 2007-01-17

Aprova o Regulamento Geral do Ruído e revoga o regime legal da poluição sonora, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 292/2000 de 14 de Novembro;

DECRETO-LEI N.º 146/2006.

D.R. N.º 146, SÉRIE I

DE 2006-07-31

Transpõe para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 2002/49/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 25 de Junho, relativa à avaliação e gestão do ruído ambiente.



RESPONSABILIDADE AMBIENTAL

Durante muitos anos a problemática da responsabilidade ambiental foi considerada na perspectiva do dano causado às pessoas e às coisas.

O regime jurídico da responsabilidade ambiental visa, consequentemente, solucionar as dúvidas e dificuldades de que se tem rodeado a matéria da responsabilidade civil ambiental no ordenamento jurídico português, só assim se podendo aspirar a um verdadeiro desenvolvimento sustentável.

Assim, estabelece-se, por um lado, um regime de responsabilidade civil subjectiva e objectiva nos termos do qual os operadores / poluidores ficam obrigados a indemnizar os indivíduos lesados pelos danos sofridos por via de um componente ambiental, e por outro, fixa-se um regime de responsabilidade administrativa destinado a reparar os danos causados ao ambiente perante toda a colectividade.

A publicação do Decreto-Lei n.º 147/2008, de 29 de Julho (Diploma da Responsabilidade Ambiental), vem estabelecer o regime jurídico da responsabilidade por danos ambientais e transpõe para a ordem jurídica nacional a Directiva n.º 2004/35/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 21 de Abril de 2004, que aprovou, com base no princípio do poluidor-pagador, o regime relativo à responsabilidade ambiental aplicável à prevenção e reparação dos danos ambientais, com a alteração que lhe foi introduzida pela Directiva n.º 2006/21/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, relativa à gestão de resíduos da indústria extractiva e pela Directiva 2009/31/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de Abril, relativa ao armazenamento geológico de dióxido de carbono.

O regime da responsabilidade ambiental aplica-se a: Danos ambientais, nos termos do definido na alínea e) do n.º 1 do art. 11.º do diploma;

Ameaças iminentes desses danos, definidas na alínea b) do n.º 1 do art. 11.º do diploma;

Causados em resultado do exercício de uma qualquer actividade desenvolvida, independentemente do seu carácter público ou privado, lucrativo ou não, abreviadamente designada actividade ocupacional.

Os operadores que se considerem abrangidos pelo Anexo III do Diploma RA, exceptuando os que já se encontrem registados no SIRAPA, deverão efectuar o preenchimento da tabela, base de dados actividades ocupacionais, e proceder ao seu envio para o endereço electrónico:

✉ bd_ra@apambiente.pt

DECRETO-LEI N.º 147/2008.

D.R. N.º 145, SÉRIE I

DE 2008-07-29

Estabelece o regime jurídico da responsabilidade por danos ambientais e transpõe para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 2004/35/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 21 de Outubro, que aprovou, com base no princípio do poluidor-pagador, o regime relativo à responsabilidade ambiental aplicável à prevenção e reparação dos danos ambientais, com a alteração que lhe foi introduzida pela Directiva n.º 2006/21/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, relativa à gestão de resíduos da indústria extractiva.

EMISSIONES GASOSAS

A definição de valores limite de concentração de poluentes na atmosfera, ao nível do solo, que se reconheçam adequados à protecção da saúde humana e do ambiente é um dos principais instrumentos da política da qualidade do ar. Por outro lado, a fixação de valores limite de emissão na fonte para os poluentes mais significativos, pelos seus efeitos na saúde das populações e no ambiente em geral, constitui medida essencial para uma política de prevenção e controlo da poluição atmosférica.

A publicação do Decreto-Lei n.º 78/2004, de 3 de Abril, vem estabelecer o regime legal relativo à prevenção e controlo das emissões atmosféricas, fixando os princípios, objectivos e instrumentos apropriados à garantia de protecção do recurso natural ar, bem como as medidas, procedimentos e obrigações dos operadores das instalações abrangidas, com vista a evitar ou reduzir a níveis aceitáveis a poluição atmosférica originada nessas mesmas instalações.

Este diploma legal abrange todas as fontes de emissão de poluentes atmosféricos associados a instalações que desenvolvam actividades de carácter industrial, produção de electricidade e/ou vapor, instalações de combustão integradas em estabelecimentos industriais, comerciais e/ou de serviços, entre os quais os de prestação de cuidados de saúde, de ensino e instituições do Estado, bem como actividades de armazenagem de combustíveis, de pesquisa e exploração de massas minerais e de manutenção e reparação de veículos.

DECRETO-LEI N.º 78/2004.

D.R. N.º 80, SÉRIE I-A

DE 2004-04-03

Estabelece o regime da prevenção e controlo das emissões de poluentes para a atmosfera, fixando os princípios, objectivos e instrumentos apropriados à garantia da protecção do recurso natural ar, bem como as medidas, procedimentos e obrigações dos operadores das instalações abrangidas, com vista a evitar ou reduzir a níveis aceitáveis a poluição atmosférica originada nessas mesmas instalações;

PORTARIA N.º 80/2006. D.R.

N.º 16, SÉRIE I-B

DE 2006-01-23

Fixa os limiares mássicos máximos e mínimos de poluentes atmosféricos.

AR

A melhoria da qualidade do ar, nas últimas décadas, foi um dos grandes êxitos da política comunitária em matéria de ambiente, mostrando que é possível dissociar o crescimento económico da degradação do ambiente. No entanto, apesar das acções empreendidas, existem, ainda, problemas que persistem e que urge serem resolvidos.

O empobrecimento da camada de ozono provocado pela emissão de certas substâncias para a atmosfera tem como resultado o aumento das radiações UV-B, constituindo uma ameaça grave para a saúde e para o ambiente.

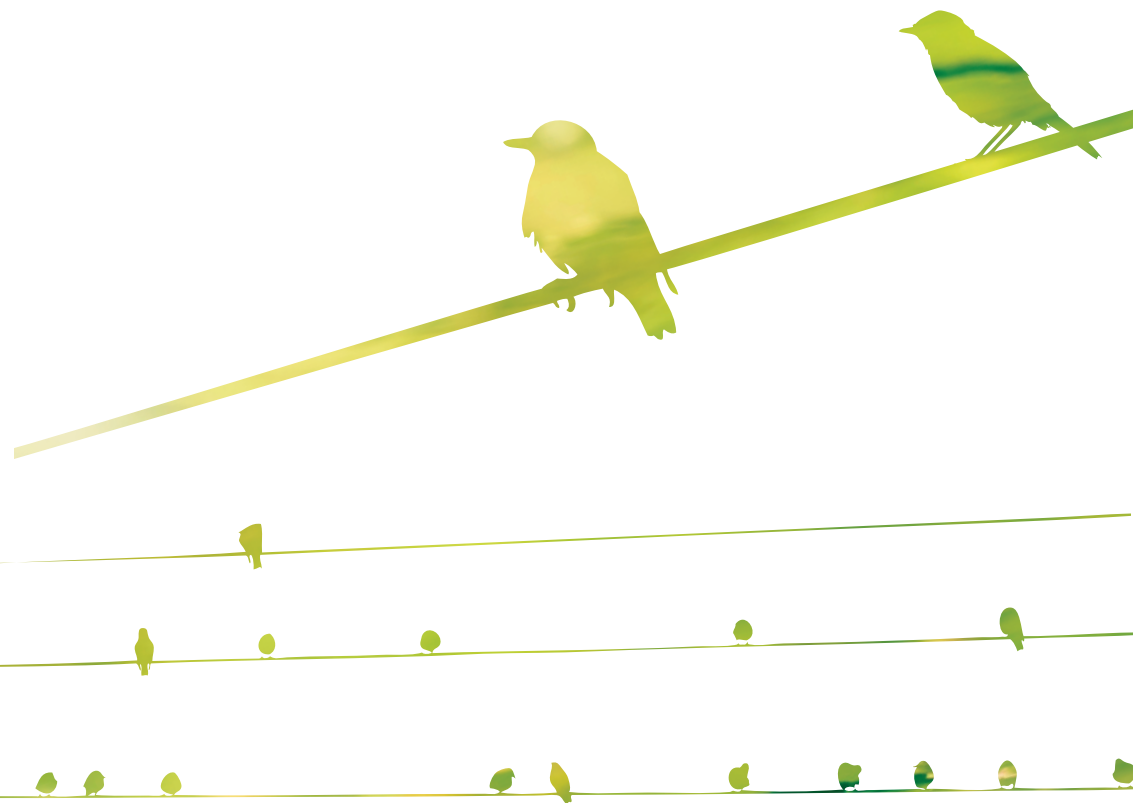
A publicação do Decreto-Lei n.º 152/2005, de 31 de Agosto, veio regulamentar as operações de recuperação para reciclagem, valorização e destruição de substâncias que empobrecem a camada de ozono contidas em equipamentos de refrigeração e de ar condicionado, bombas de calor, sistemas de protecção contra incêndios e extintores e equipamentos que contenham solventes, bem como as operações de manutenção e de assistência desses mesmos equipamentos, incluindo a detecção de eventuais fugas das referidas substâncias, os requisitos de qualificações mínimas do pessoal envolvido nas operações referidas no número anterior, bem como nas operações de reciclagem, valorização e destruição das substâncias regulamentadas.

DECRETO-LEI N.º 152/2005

D.R. N.º 167, SÉRIE I-A

DE 2005-08-31

Regula a aplicação na ordem jurídica interna do artigo 16.º e do n.º 1 do artigo 17.º do Regulamento (CE) n.º 2037/2000, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 29 de Junho, relativo às substâncias que empobrecem a camada de ozono.



SUBSTÂNCIAS PERIGOSAS

Os riscos dos produtos químicos perigosos podem referir-se tanto à segurança como à saúde dos trabalhadores e estão relacionados com o fabrico, utilização, manipulação e presença de substâncias químicas, quer no estado puro, quer formando misturas.

No âmbito das legislações comunitária e nacional, são designados por:

Substâncias - os elementos químicos e os seus compostos tal como se apresentam no estado natural ou tal como são produzidos pela indústria e que contenham, eventualmente, qualquer aditivo necessário à preservação da estabilidade do produto e qualquer impureza decorrente do processo, com exclusão de qualquer solvente que possa ser extraído sem afectar a estabilidade da substância nem alterar a sua composição;

Preparações - as misturas ou soluções que são compostas por duas ou mais substâncias.

A publicação do Decreto-Lei n.º 98/2010 de Agosto veio estabelecer o regime a que obedecem a classificação, embalagem e rotulagem das substâncias perigosas para a saúde humana ou para o ambiente, com vista à sua colocação no mercado.

DECRETO-LEI N.º 98/2010.

D.R. N.º 155, SÉRIE I

DE 2010-08-11

Estabelece o regime a que obedecem a classificação, embalagem e rotulagem das substâncias perigosas para a saúde humana ou para o ambiente, com vista à sua colocação no mercado, transpõe parcialmente a Directiva n.º 2008/112/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de Dezembro, e transpõe a Directiva n.º 2006/121/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 18 de Dezembro;

DECRETO-LEI N.º 242/2001.

D.R. N.º 202, SÉRIE I-A

DE 2001-08-31

Transpõe para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 1999/13/CE, do Conselho, de 11 de Março, relativa à limitação das emissões de compostos orgânicos voláteis resultantes da utilização de solventes orgânicos em certas actividades de instalações;

DECRETO-LEI N.º 293/2009.

D.R. N.º 198, SÉRIE I DE

2009-10-13

Assegura a execução, na ordem jurídica nacional, das obrigações decorrentes do Regulamento (CE) n.º 1907/2006, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 18 de Dezembro, relativo ao registo, avaliação, autorização e restrição dos produtos químicos (REACH) e que procede à criação da Agência Europeia dos Produtos Químicos.



ORGANIZAÇÃO / GESTÃO

- Nomear um responsável pelo desempenho ambiental da empresa
- Proceder à auto-avaliação ambiental da empresa, nomeadamente, através do Questionário de Levantamento Ambiental (ANEXO)
- Identificar e actualizar a legislação ambiental aplicável à actividade da empresa
- Ministrar formação aos trabalhadores relacionada com a temática do ambiente

RESÍDUOS

- Segregar os diferentes tipos de resíduos de acordo com a sua natureza, tipo e código LER
- Evitar as contaminações potenciais do solo devidas ao armazenamento de resíduos
- Aderir às entidades gestoras dos diferentes fluxos específicos de resíduos caso produza: Embalagens, Pilhas e Acumuladores, Equipamentos Eléctricos e Electrónicos, Pneus e Óleos Usados
- Proceder à separação dos resíduos na sua origem, de forma a promover a sua valorização
- Proceder à separação das pilhas e acumuladores dos restantes resíduos, principalmente dos resíduos urbanos indiferenciados, de forma a promover o seu tratamento e reciclagem

ÁGUA

- Possuir um registo total do consumo de água e quais as suas origens
- Possuir o registo dos caudais de águas residuais industriais rejeitadas
- Proceder à identificação do local ou locais de rejeição

ÓLEOS USADOS

- Proceder à correcta armazenagem de óleos usados no local de produção, conferindo-lhe um destino adequado, assegurando a sua integração no respectivo circuito de gestão

RUÍDO

- Identificar e actualizar a legislação e normalização aplicável em matéria de ruído ambiente
- Verificar a existência de registos de medições de ruído ambiental

RESPONSABILIDADE AMBIENTAL

- Estabelecer um plano metodológico para avaliar a responsabilidade ambiental da empresa
- Constituir garantia financeira

EMISSIONES GASOSAS

- Tomar medidas e procedimentos adequados de prevenção e controlo da poluição provocada por instalações responsáveis pela descarga de poluentes para a atmosfera
- Adoptar medidas especiais (ex: captação e canalização para um sistema de exaustão das emissões difusas de poluentes atmosféricos) para minimização das emissões difusas

- Dotar as chaminés de tomas de amostragem para captação de emissões
- Efectuar monitorizações pontuais e cumprir os Valores Limites de Emissão (VLE) fixados na Portaria nº 80/2006
- Comunicar os resultados da monitorização pontual à entidade responsável no prazo de 60 dias, contados à data da realização da monitorização

AR

- Proceder à verificação anual dos seus equipamentos fixos referidos no Decreto-Lei n.º 152/2005, recorrendo para o efeito a um técnico qualificado
- Encaminhar os equipamentos referidos no Decreto-Lei n.º 152/2005 que atingem o seu fim de vida para um operador de gestão de resíduos licenciado

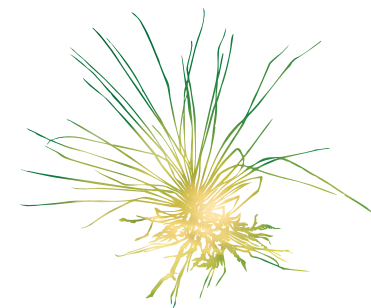
SUBSTÂNCIAS PERIGOSAS

- Reunir informação sobre todas as substâncias utilizadas no processo produtivo e respectivas Fichas de Dados de Segurança
- Verificar o cumprimento da legislação sobre substâncias químicas (REACH)

LINKS ÚTEIS

- // Agência Europeia do Ambiente
- // Agência Europeia dos Químicos
- // Agência Portuguesa do Ambiente
- // AMB3E
- // Associação Nacional das Empresas Metalúrgicas e Electromecânicas
- // Associação Nacional para o Registo de Equipamentos Eléctricos e Electrónicos
- // Autoridade de Segurança Alimentar e Económica
- // Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo
- // Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo
- // Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Algarve
- // Comissão de Coord. e Desenvolvimento Regional do Centro
- // Comissão Europeia
- // Diário da República Electrónico
- // ECOLUB
- // ERP Portugal
- // GVB
- // Inspeção-Geral do Ambiente e do Ordenamento do Território
- // Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território
- // Portal Português de Gestão de Resíduos
- // Sociedade Ponto Verde

- <http://www.eea.europa.eu/pt/>
- <http://echa.europa.eu/>
- <http://www.apambiente.pt/Paginas/default.aspx>
- <http://www.amb3e.pt/>
- <http://www.anemm.pt/>
- <http://www.anreee.pt/>
- <http://www.asae.pt/>
- <http://www.ccdr-lvt.pt/pt/>
- <http://webb.ccdr-a.gov.pt/>
- <http://www.ccdr-alg.pt/ccdr/index.php>
- <https://www.ccdrc.pt/>
- http://ec.europa.eu/dgs/environment/index_en.htm
- <http://dre.pt/>
- <http://www.ecolub.pt/>
- <http://www.erp-portugal.pt/>
- <http://www.gvb.pt/>
- <http://www.igaot.pt/>
- <http://portal.min-agricultura.pt/portal/page/portal/MADRP/PT>
- <http://www.netresiduos.com/pt/home.asp>
- <http://www.ponto Verde.pt/index.html>





CONCLUSÕES

No geral, as acções propostas e implementadas no âmbito do projecto PME SOCIAL, na área ambiental, contribuíram para melhorar o cumprimento da legislação aplicável às empresas. Consideramos que a implementação de uma melhor gestão ambiental será fundamental para o aumento da competitividade das empresas e uma mais-valia em termos económicos e sociais, para as regiões em que estão localizadas. Temos consciência que face aos crescentes desafios colocados pela aplicação da legislação, tornar-se-á necessário um contínuo processo de adaptação ao nível das empresas, vislumbrando-se o desenvolvimento de futuras acções de apoio neste domínio.

AGRADECIMENTOS

Os nossos agradecimentos pela adesão e contributos prestados pelas empresas aderentes e seus representantes ao Projecto PME Social.

Empresas aderentes:

- Compelmada Internacional, SA.
- Fundição de Évora, Lda.
- L. A. Galvão Fontes & Filhos, Lda.
- Magicmetal - Fábrica de Produtos Metálicos, Lda.
- Marques & Silva, Lda.
- Noites Reciclagem, Matérias-Primas Secundárias, Lda.
- Shotic Europa - Indústria de Alumínio, Lda.
- Torlaca - Lacagem de Metais, Lda.

ENQUADRAMENTO GERAL

1.	A empresa está licenciada ou em vias de licenciamento (Licença de Exploração de Estabelecimento Industrial)?
	Sim () Não ()
2.	A empresa está abrangida pela legislação sobre prevenção e controlo integrado da poluição (Licença Ambiental)?
	Sim () Não ()
3.	A empresa tem implementado um Sistema de Gestão Ambiental (SGA)?
	Sim () Não ()
4.	O SGA encontra-se certificado pela norma ISO 14001?
	Sim () Não ()
5.	A situação dos subcontratados face à certificação ambiental ISO 14001 é tida em consideração no momento de selecção?
	Sim () Não ()
6.	A empresa comunica aos subcontratados a Política Ambiental da mesma?
	Sim () Não () N.A. ()
7.	Na empresa são tidas em consideração preocupações de foro ambiental na definição de estratégias?
	Sim () Não () Se sim, quais?
8.	A empresa possui outras licenças/certificados de âmbito ambiental?
	Sim () Não () Se sim, quais?
9.	A empresa possui um responsável pelo desempenho ambiental da mesma?
	Sim () Não ()
10.	A empresa identifica e actualiza a legislação aplicável aos seus aspectos ambientais?
	Sim () Não () Se sim, como?
11.	Nos últimos 2 anos a empresa foi alvo de coimas, queixas ou reclamações devido aos seus impactes ambientais?
	Sim () Não () Se sim, quais?
12.	A empresa faculta aos colaboradores formação relacionada com a temática do ambiente?
	Sim () Não () Se sim, especifique?
13.	A empresa possui um fluxograma do(s) processo(s) produtivo(s)?
	Sim () Não ()

RESÍDUOS

14.	A empresa está sujeita a inscrição no Sistema Integrado da Agência Portuguesa do Ambiente (SIRAPA)?
	Sim () Não ()
15.	Os resíduos são segregados de acordo com a sua natureza, tipo e código LER?
	Sim () Não ()
16.	As condições de deposição e armazenagem dos resíduos previnem eventuais contaminações do solo (Existência de bacias de retenção, pavimentação do solo, outros)?
	Sim () Não ()
17.	Os resíduos são entregues a operadores licenciados, terminando assim a responsabilidade da empresa?
	Sim () Não ()
18.	A empresa procede à separação dos resíduos na sua origem, de forma a promover a sua valorização?
	Sim () Não ()
19.	As operações de armazenagem de resíduos efectuadas no local de produção não são superiores a um ano?
	Sim () Não ()

20.	O registo no SIRAPA obriga a empresa a fornecer informação relativa à origem dos resíduos, quantidade, classificação, destino, identificação das operações efectuadas e ainda informação relativa ao acompanhamento efectuado?
	Sim () Não ()
21.	São emitidas Guias de Acompanhamento de Resíduos (Mod. A) para todos os resíduos que saem da empresa?
	Sim () Não ()
22.	A utilização do modelo A da Guia de Acompanhamento de resíduos é feita em triplicado, ficando um exemplar na posse da empresa?
	Sim () Não ()
23.	É comunicada à Autoridade Nacional de Resíduos a existência de PCB (se superior a 5 dm³)?
	Sim () Não ()
24.	A empresa que procedeu à descontaminação de PCB emitiu o "certificado" de entrega, especificando a natureza e quantidade de PCB?
	Sim () Não ()
25.	As pilhas e acumuladores são segregados dos restantes resíduos, principalmente dos resíduos urbanos indiferenciados, a fim de facilitar o tratamento e a reciclagem?
	Sim () Não ()
26.	A empresa pertence a alguns dos seguintes fluxos específicos de resíduos:
	Embalagens: Sim () Não ()
	Pilhas e acumuladores: Sim () Não ()
	Equipamentos eléctricos e electrónicos: Sim () Não ()
	Pneus: Sim () Não ()
	Óleos Usados: Sim () Não ()

ÓLEOS USADOS

27.	A empresa enquanto produtor é responsável pela correcta armazenagem e integração no circuito de gestão de óleos usados?
	Sim () Não ()
28.	A empresa é responsável pela armazenagem de óleos usados no local de produção e por lhe conferir um destino adequado?
	Sim () Não ()
29.	A entidade gestora é obrigada a proceder, à recolha/transporte de óleos usados mediante solicitação da empresa?
	Sim () Não ()

RÚIDO

30.	A empresa conhece, interpreta e aplica legislação do Regulamento Geral de Ruído (Decreto-Lei n.º 9/2007)?
	Sim () Não ()
31.	A instalação e o exercício de actividades ruidosas permanentes em zonas mistas ou na proximidade dos receptores sensíveis isolados, cumprem os valores limite de exposição fixados no art.º 11 do Decreto-Lei n.º 9/2007?
	Sim () Não () N.A. ()
32.	A Avaliação de Ruído foi efectuada junto do ou no receptor sensível, sendo que os pontos de medição estavam afastados pelo menos 3,5 m de qualquer estrutura reflectora, à excepção do solo, e situada a uma altura de 3,5 a 4,2m acima do solo, quando aplicável ou de 1,2m a 1,5m de altura acima do solo ou do nível de cada piso de interesse, nos restantes casos?
	Sim () Não () N.A. ()
33.	Os instrumentos técnicos destinados a realizar medições acústicas foram objecto de controlo metrológico?
	Sim () Não () N.A. ()
34.	Os ensaios e medições acústicas foram realizados por entidades acreditadas?
	Sim () Não () N.A. ()

35.	A empresa tem conhecimento sobre a legislação aplicável em matéria de ruído ambiente (Decreto-Lei n.º 146/2006)?
Sim ()	Não ()
36.	A empresa possui algum tipo de registo dos resultados das medições sonoras realizadas no exterior das instalações fabris?
Sim ()	Não () N.A. ()
37.	A empresa tem conhecimento sobre a normalização aplicável em matéria de ruído ambiente?
Sim ()	Não ()
RESPONSABILIDADE AMBIENTAL	
38.	A empresa tem conhecimento sobre a normalização aplicável em matéria de ruído ambiente?
Sim ()	Não ()
	Se sim, qual o tipo de garantia financeira constituída?
ÁGUA	
39.	A empresa possui um registo total do consumo de água e quais as suas origens?
Sim ()	Não ()
40.	A empresa possui o registo dos caudais de águas residuais industriais e domésticas rejeitadas?
Sim ()	Não ()
41.	A empresa possui a identificação do local ou locais de rejeição?
Sim ()	Não ()
42.	A empresa possui algum tipo de sistema de captação de água?
Sim ()	Não () Se sim, quais?
43.	A empresa tem conhecimento da Lei n.º 58/2005 (Lei da Água/Licença de utilização do domínio hídrico)?
Sim ()	Não ()
44.	A empresa possui estação de tratamento de águas residuais?
Sim ()	Não ()
45.	É feita uma utilização sustentável de água baseada numa protecção a longo prazo dos recursos hídricos disponíveis?
Sim ()	Não ()
46.	A gestão da água tem em conta o princípio de prevenção por força do qual, as acções com efeitos negativos no ambiente são consideradas antecipadamente de forma a eliminar as próprias causas de alteração de ambiente?
Sim ()	Não ()
47.	O título de utilização encontra-se dentro da validade (prazo indicado no próprio título)?
Sim ()	Não ()
EMISSIONES GASOSAS	
48.	A empresa assegura que a instalação é projectada e construída de modo a reduzir as emissões de poluentes atmosféricos?
Sim ()	Não ()
49.	São adoptadas medidas especiais (ex: captação e canalização para um sistema de exaustão das emissões difusas de poluentes atmosféricos) para minimizar as emissões difusas?
Sim ()	Não ()
50.	Os equipamentos de despeiramento e de tratamento de efluentes gasosos são dimensionados de modo a poderem suportar variações de caudal e temperatura dos efluentes gasosos a tratar, em particular durante as operações de paragem da instalação?
Sim ()	Não ()
51.	As chaminés possuem uma altura mínima de 10 metros?
Sim ()	Não ()

52.	As chaminés apresentam secção circular, com contornos sem pontos angulosos?
Sim ()	Não ()
53.	Verifica-se a ausência de elementos que provoquem obstrução à saída dos gases para a atmosfera (p. ex. chapéus, etc.)?
Sim ()	Não ()
54.	As chaminés estão dotadas de tomas de amostragem para captação de emissões?
Sim ()	Não ()
55.	A monitorização pontual é realizada duas vezes por ano com intervalo de dois meses entre medições, e pelo menos de três em três anos, desde que cumpra os VLE da Portaria 80/2006 e desde que a instalação mantenha inalteradas as suas condições de funcionamento?
Sim ()	Não ()
56.	São cumpridos os VLE (valores limite de emissão), Limiares mássicos, mínimos e limiares mássicos máximos fixados nesta Portaria?
Sim ()	Não ()
57.	A instalação cumpre as normas relativas ao sistema de descargas e de tratamento de poluentes atmosféricos, à minimização dos efeitos das emissões difusas, aos aspectos construtivos da chaminé e à monitorização das emissões atmosféricas?
Sim ()	Não ()
58.	É feita a comunicação dos resultados da monitorização pontual à entidade responsável no prazo de 60 dias seguidos à realização da monitorização pontual?
Sim ()	Não ()
AR	
59.	A empresa recorre a um técnico qualificado, para proceder nas intervenções técnicas dos equipamentos?
Sim ()	Não ()
60.	Por cada intervenção o técnico qualificado preenche, em triplicado, uma ficha de modelo constante do anexo II?
Sim ()	Não ()
61.	Os técnicos qualificados conservam um exemplar da ficha, entregam o segundo exemplar ao proprietário e/ou detentor do equipamento ou do resíduo de equipamento e remetem à APA o terceiro exemplar até ao dia 15 do mês seguinte ao mês em que a intervenção foi efectuada?
Sim ()	Não ()
62.	A empresa procede à verificação anual do equipamento fixo com uma carga de fluido refrigerante superior a 3 kg para detecção de eventuais fugas de substâncias regulamentadas, recorrendo para o efeito a um técnico qualificado?
Sim ()	Não ()
63.	A empresa encaminha para um operador de gestão de resíduos licenciado o equipamento que atinge o fim de vida e se transforma num resíduo?
Sim ()	Não ()
	Se sim, directamente ou através de entidades responsáveis por um sistema de gestão de fluxos específicos de resíduos?
SUBSTÂNCIAS PERIGOSAS	
64.	Na avaliação de riscos reais ou potenciais para o homem e para o ambiente são consideradas as substâncias perigosas?
Sim ()	Não ()
65.	Na identificação e avaliação de aspectos ambientais considera-se a existência de substâncias perigosas?
Sim ()	Não ()

